



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CASA CIVIL DA CORDENADORIA DO DISTRITO FEDERAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CEILÂNDIA- RA-IX
DIRETORIA DE OBRAS – DIOB/COLOM

Folha nº

Processo nº 138-000.205/2017

Rubrica

Matrícula

PROJETO BÁSICO E CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES E ENCARGOS GERAIS

**OBRA/LOCAL: REFORMA DA FEIRA CENTRAL DE CEILÂNDIA NA
CNM 02 - CEILÂNDIA-DF**

Os assuntos aqui tratados obedecem a Lei nº 8.666 de 21/06/93, republicada no DOU -Diário Oficial da União em 06 de julho de 1994, e Decreto Lei nº 92.100 de 10/12/1985 atualizada pela Portaria nº 2.296 do MARE - Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, publicada no DOU de 31 de junho de 1997.

OBJETO: REFORMA DA FEIRA CENTRAL DE CEILÂNDIA

LOCAL: CNM 02 - CEILÂNDIA DF

DATA: JUNHO/2017



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CASA CIVIL DA CORDENADORIA DO DISTRITO FEDERAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CEILÂNDIA- RA-IX
DIRETORIA DE OBRAS – DIOB/COLOM

Folha nº

Processo nº 138-000.205/2017

Rubrica

Matrícula

PROJETO BÁSICO

1. OBJETIVO

O presente caderno tem por objetivo, descrever e especificar de forma clara a **Reforma da Feira Central de Ceilândia, nas alas das bancas de alimentação, como venda de queijos, doces, açougues e peixarias**, fornecendo as instruções quanto as condições que presidirão o desenvolvimento dos serviços, e fixar as obrigações e direitos deste órgão e da empresa contratada.

Os serviços de reforma do edifício da Feira Central de Ceilândia compreenderão genericamente:

- Demolição completa de calçadas externas da lateral direita e da parte posterior e de algumas áreas de granitina;
- Remoção de meios fios padrão Novacap, sem reaproveitamento a considerar;
- Ampliação da estrutura e cobertura metálica na lateral direita, com acabamento idêntico ao existente;
- Confecção, fornecimento e instalação de guarda corpo metálico na lateral esquerda e na parte posterior da feira conforme indicado;
- Execução de rede de esgoto primária e secundária para instalação de caixas de gorduras para as pias dos boxes de alimentação, açougue e peixaria, conforme indicado nos projetos;
- Adequação da profundidade ao nivelamento de piso e do posicionamento das tampas de caixas de gordura, caixas de passagem e caixas de inspeção de esgoto, conforme indicado no projeto;
- Execução de regularização de pisos, interno nos trechos demolidos para instalações de esgoto e a totalidade do piso externo do calçamento na lateral direita e na parte posterior da feira;
- Execução de piso tipo granitina nas partes internas para reconstituição no padrão existente;
- Execução de pintura em paredes internas e externas, bem como de todos os elementos metálicos, incluindo as telhas adicionadas, nos trechos e elementos indicados no projeto;

Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser comprovadamente de boa qualidade e satisfazer rigorosamente as especificações constantes neste material e nos respectivos projetos. Todos os serviços deverão ser executados em completa obediência aos princípios de boa técnica, devendo ainda satisfazer rigorosamente às Normas Brasileiras, as condições estabelecidas no presente projeto básico e no projeto arquitetônico.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CASA CIVIL DA CORDENADORIA DO DISTRITO FEDERAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CEILÂNDIA- RA-IX
DIRETORIA DE OBRAS – DIOB/COLOM

Folha n°

Processo n° 138-000.205/2017

Rubrica

Matrícula

2. JUSTIFICATIVA

A obra constitui-se dos serviços de reforma do edifício existente na CNM 02 em Ceilândia, área pública, de propriedade da Administração Regional, objetivando revitalizar e adequar o espaço para o uso dos feirantes da Feira Central, adequando a edificação as normas técnicas da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB), modernizar e adequar suas instalações e reparar os danos e desgastes apresentados em suas partes constituintes.

Atualmente o edifício apresenta inadequação as condições sanitárias e calçadas deterioradas e não condizentes com as normas de acessibilidades atuais. E uma reivindicação antiga dos feirantes e do público usuário da feira, um espaço multiuso que possa servir de praça de alimentação para adaptação futura de mesas e cadeiras. A adaptação de uma cobertura em anexo lateral melhorara o conforto térmico da edificação atraindo mais usuários ao local.

A proposta de reforma foca no conforto dos usuários e feirantes que receberão um espaço pensado e readequado a parte de alimentação da feira. Do ponto de vista arquitetônico, pretende-se valorizar o valor referencial de polo atrativo local pois a Feira Central e referência ao morador de Ceilândia, como um importante local de lazer e identidade cultural desta Região Administrativa, harmonizar e destacar o edifício na paisagem circundante, oferecer um conforto físico aos usuários e frequentadores do local.

3. OBSERVAÇÕES GERAIS

A obra deverá ser executada observando-se as normas técnicas da ABNT vigentes, à Lei 8.666/93 e ao edital e seus anexos, compostos pelos projetos executivos, caderno de encargos e especificações, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro.

Integrará o contrato, a ser assinado entre as partes, independentemente de sua transcrição, naquele instrumento, o Edital, este Projeto Básico, o Caderno de Especificações e Encargos, a Planilha Orçamentária e o Cronograma Físico-financeiro.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CASA CIVIL DA CORDENADORIA DO DISTRITO FEDERAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CEILÂNDIA- RA-IX
DIRETORIA DE OBRAS – DIOB/COLOM

Folha nº

Processo nº 138-000.205/2017

Rubrica

Matrícula

CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES

1. OBJETIVO

O objetivo deste caderno é especificar os materiais e equipamentos e orientar a execução da obra e dos serviços a serem realizados dentro do objetivo proposto e, sobretudo, manter o comprometimento com a comunidade. Outro propósito é assegurar o cumprimento das normas técnicas da construção civil referente à execução do projeto, para que o necessário seja executado na íntegra fazendo com que a obra tenha qualidade e que seja cumprido o cronograma físico financeiro e que assegure a integridade física da comunidade local e dos trabalhadores da obra.

2. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ADMINISTRATIVA:

Para a perfeita execução e completo acabamento dos serviços referidos no presente caderno, a construtora se obriga, sob as responsabilidades penais vigentes, a prestar toda assistência técnica e administrativa, além de prestar todas as condições necessárias para o perfeito andamento dos trabalhos, estando totalmente comprometida com a realização da obra, com o cumprimento dos prazos de entrega da obra executada dentro dos padrões contratuais.

3. MATERIAIS, MÃO-DE-OBRA E EQUIPAMENTOS:

Caberá à construtora, fornecer e conservar o equipamento mecânico e o ferramental necessário. Disporá de mão-de-obra idônea de modo a reunir permanentemente na execução dos serviços, uma equipe homogênea e suficiente de operários, mestres e encarregados, que assegurem o andamento satisfatório dos serviços. Deverá também obter os materiais necessários e em quantidade suficiente para a conclusão dos serviços no prazo previsto, em estrita concordância com o cronograma físico-financeiro. À construtora caberá a responsabilidade das instalações provisórias e dos transportes dentro e fora do canteiro e o cumprimento de todas as obrigações com os trabalhadores, conforme as leis trabalhistas.

4. SEGUROS E ACIDENTES

Correrá por conta exclusiva da contratada, a responsabilidade de quaisquer acidentes de trabalho na execução dos serviços contratados, uso indevido de patentes registradas, e ainda que resultantes de caso fortuito e por qualquer causa, a danificação das obras em construção, até o recebimento das mesmas pela RA-IX, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros, por parte dos serviços contratados.

A contratada é obrigada, por força da legislação em vigor, a satisfazer as exigências de segurança, higiene e medicina do trabalho.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CASA CIVIL DA CORDENADORIA DO DISTRITO FEDERAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CEILÂNDIA- RA-IX
DIRETORIA DE OBRAS – DIOB/COLOM

Folha nº

Processo nº 138-000.205/2017

Rubrica

Matrícula

Em se tratando de via de grande fluxo, a construtora deverá projetar e colocar sinalizações devidas, placas de indicação ou de aviso, obedecendo às normas do DETRAN e estas terão que ser aprovadas pelo referido órgão, no que concerne a segurança do pedestre e do veículo.

Caberá à empreiteira toda e qualquer responsabilidade referente a acidente, que por ventura se verifique por falta ou insuficiência de sinalização.

A CONTRATADA é a única e exclusiva responsável pelos seus funcionários no período de trabalho perante as leis trabalhistas.

5. LICENÇAS E FRANQUIAS

A firma construtora é obrigada a obter as licenças e franquias necessárias à execução dos serviços, pagando os emolumentos previstos por lei e observando os dispositivos legais, referentes aos serviços e à segurança pública, bem como atender ao pagamento de seguro pessoal, despesas decorrentes das leis trabalhistas e impostos que digam respeito aos serviços.

É obrigada, igualmente, ao cumprimento de quaisquer formalidades e ao pagamento à sua custa, das multas porventura impostas pelas autoridades, mesmo aquelas, que por força dos dispositivos legais sejam atribuídas ao proprietário.

6. FISCALIZAÇÃO

À fiscalização é assegurado o direito de ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que estiver sujeita à construtora, sem que esta tenha direito a qualquer indenização, no caso de não ser atendida dentro de 48 horas (quarenta e oito) a contar da solicitação competente a qualquer reclamação sobre defeito de serviço executado.

É assegurado ainda, à fiscalização, o direito de mandar retirar material defeituoso ou que não seja de boa qualidade observando as normas do item anterior.

7. RESPONSABILIDADE E GARANTIA:

A construtora assumirá responsabilidade pelos serviços, sua boa execução, bem como pelos danos decorrentes da realização do mesmo.

8. ESTUDOS E PROJETOS:

8.1. PROJETOS

A Contratada responsabilizar-se-á pela elaboração dos projetos complementares necessários ao cumprimento do OBJETO do Contrato.

Os projetos deverão obedecer às Normas da ABNT e serem regularizados junto aos órgãos competentes e posteriormente submetidos ao aceite do GDF, adequando-se às novas necessidades previstas pela reforma, excluindo-se todas as gambiarras e adaptações existentes no local.

No caso de mudança de projeto original, devem se adequar as novas necessidades previstas e posteriormente submetidas ao aceite do GDF.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CASA CIVIL DA CORDENADORIA DO DISTRITO FEDERAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CEILÂNDIA- RA-IX
DIRETORIA DE OBRAS – DIOB/COLOM

Folha nº

Processo nº 138-000.205/2017

Rubrica

Matrícula

Todos os projetos complementares a cargo da Contratada deverão ser encaminhados à Fiscalização para apreciação e visto da Fiscalização, sendo uma cópia em papel sulfite e outra em formato digital (CD-R ou CD-RW) no formato DWG ou DXF nos prazos notificados, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço. A liberação da fatura da etapa descrita no cronograma físico-financeiro, referente aos projetos complementares, só será feita após entrega, no GDF, de cópias devidamente registradas no CREA/CAU.

Deverá ser mantido na obra, em bom estado, um jogo completo de cópias de todos os projetos e detalhes, bem como estas especificações, à disposição da Fiscalização da GDF. Todas as pranchas de detalhes e indicações dos materiais serão obedecidas, mesmo quando não referidas nestas especificações.

Todos os projetos e detalhes deverão estar em escala que atenda ao Código de Edificações, às Concessionárias locais e às normas da ABNT.

8.2. GENERALIDADES

Todos os projetos de responsabilidade do GDF serão fornecidos à Contratada.

Todos os projetos de responsabilidade da CONTRATADA, quando forem necessários ao cumprimento do OBJETO do Contrato, serão executados de acordo com as normas pertinentes da ABNT, das concessionárias de serviços públicos e dos órgãos responsáveis. E também serão previamente aprovados pelo GDF, de acordo com o cronograma físico estabelecido para a obra.

Todas as taxas e emolumentos, bem como as cópias de todos os projetos serão custeados pela CONTRATADA.

No término dos serviços, será elaborado pela CONTRATADA, o cadastramento de todas as modificações efetuadas na obra em relação aos projetos originais, devendo estes serviços serem acompanhados pelos fiscais do GDF.

Competem à CONTRATADA, fazer minucioso estudo e verificação de todos os desenhos dos projetos, inclusive detalhes das especificações e demais documentos integrantes da documentação técnica fornecida pelo GDF para execução da obra.

Dos resultados desta verificação preliminar da documentação do projeto, a qual será feita antes da assinatura do contrato de construção, deverá o LICITANTE dar imediata comunicação por escrito ao GDF, apontando discrepâncias, omissões ou erros que tenha observado, inclusive sobre qualquer transgressão às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas de lei em vigor, de forma a serem sanados os erros, omissões ou discrepâncias que possam trazer embaraços ao perfeito desenvolvimento das obras.

Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade sobre todos os projetos e elementos apresentados para a construção, não sendo admitida qualquer alegação quanto a omissões destes elementos que venham onerar a obra.

Os projetos elaborados pela CONTRATADA serão submetidos à aprovação do GDF antes do início dos serviços.

Serviços extras só serão admitidos quando solicitados pelo GDF em comum acordo com a CONTRATADA.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CASA CIVIL DA CORDENADORIA DO DISTRITO FEDERAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CEILÂNDIA- RA-IX
DIRETORIA DE OBRAS – DIOB/COLOM

Folha nº

Processo nº 138-000.205/2017

Rubrica

Matrícula

A CONTRATADA não terá direito a nenhuma reclamação referentes a ajustes ou alterações da planilha ou do caderno de encargos após a assinatura do contrato.

8.3. PARA EFEITO DE INTERPRETAÇÃO ENTRE OS DOCUMENTOS FICAM ESTABELECIDO QUE:

- A.** Em caso de divergências entre os desenhos dos projetos e o Caderno de Especificações, prevalecerá sempre este último;
- B.** Em caso de divergências entre os desenhos dos projetos complementares a cargo da Contratada e o Caderno de Especificações, prevalecerá sempre este último;
- C.** Em caso de divergências entre os desenhos de detalhes e o projeto urbanístico prevalecerão sempre os primeiros;
- D.** Em caso de divergências entre as cotas dos desenhos e suas dimensões medidas em escala, a Fiscalização, sob consulta prévia, definirá as dimensões corretas;
- E.** Em caso de divergências entre os desenhos de escalas diferentes, prevalecerão sempre os de maior escala;
- F.** Em caso de divergências entre os desenhos de datas diferentes, prevalecerão sempre os mais recentes;
- G.** Em caso de divergências entre o Caderno de Especificações e as Normas da ABNT, prevalecerão sempre estas últimas;
- H.** Em caso de dúvidas quanto à interpretação de quaisquer desenhos e das prescrições contidas no presente Caderno de Especificações, será consultada a fiscalização da GDF.
- I.** No caso de desentendimento entre as partes, fica entendido que: A FISCALIZAÇÃO é soberana nas decisões quanto a qualidade dos serviços a serem recebidos.

8.4. LEVANTAMENTOS E FOTOS QUE COMPÕEM ESTE CADERNO

Ver em anexos.

8.4.1 DESCRIÇÃO GENÉRICA DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:

REFORMA DA CASA DO ARTESÃO DE CEILÂNDIA NA CNN 02 - CEILÂNDIA-DF	
DISCRIMINAÇÃO	QUANTITATIVOS
EXECUÇÃO DE TAPUMES DE PROTEÇÃO E ISOLAMENTO EM COMPENSADO'	273m ²
RETIRADA DE MEIOS FIOS	180m
DEMOLIÇÃO DE PISOS (CALÇADAS EXTERNAS)	708,68m ²
EXECUÇÃO DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	Ver tabela
EXECUÇÃO DE MURETA DE ARRIMO PARA CALÇADA EXTERNA	66m ²
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE GUARDA CORPO EM TUBOS DE AÇO	145m ²
RECONSTITUIÇÃO DE CONTRAPISO E PISO EM GRANITINA (interno)	70,80m ²
EXECUÇÃO DE CONTRAPISO E PISO EM CONCRETO POLIDO (externo)	625m ²
EXECUÇÃO DE ESTRUTURA METÁLICA PARA SUPORTE DE COBERTURA	234m ²
COMPLEMENTO DE COBERTURA LATERAL EM TELHAS METÁLICAS	234m ²
PINTURA DE ESTRUTURA METÁLICA E TELHAS DA COBERTURA	234m ²



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CASA CIVIL DA CORDENADORIA DO DISTRITO FEDERAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CEILÂNDIA- RA-IX
DIRETORIA DE OBRAS – DIOB/COLOM

Folha nº

Processo nº 138-000.205/2017

Rubrica

Matrícula

REBOCO E PINTURA EM TEXTURA DE PAREDES EXTERNAS	167,81m ²
PINTURA DE PORTAS, PILARES METÁLICOS E GRADES DE PROTEÇÃO	218,64m ²
PINTURA DE GUARDA-CORPO METÁLICO	290 m ²

8.4.2 REGISTRO FOTOGRÁFICO

O acervo fotográfico das atuais condições e estado de obras está discriminado nas folhas sequenciais, ao final do presente caderno.

8.4.3 RECEBIMENTO DA OBRA

Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo responsável por sua Fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, nas condições estabelecidas em no Edital, Carta Convite ou no Contrato;

Uma cópia do termo de recebimento provisório será encaminhada à Comissão de Recebimento de Obras e Serviços, para as providências necessárias ao recebimento definitivo do objeto do contrato, que será efetuado depois de transcorrido o prazo estabelecido no Edital, Carta Convite ou no Contrato, necessário à observação para comprovação de sua adequação pactuado e à durabilidade.

Para recebimento da obra a firma deverá apresentar ainda:

A - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais (Parágrafo 2º do Art. 32 da Lei 8.666/93), compreendendo:

B - Certidão Negativa de Débito - CND - emitida pelo INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS, conforme Lei Nº 8.212 de 1991;

C - Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, conforme Art. 27 da Lei Nº 8.036 de 11 de março de 1990.

D – Certidão de Nada Consta Trabalhista.

E – Diário de Obras.

9. ARQUITETURA E ELEMENTOS DE URBANISMO

9.1 ARQUITETURA

As construções e montagens observarão as dimensões e alinhamentos indicados nos projetos de arquitetura e urbanismo e serão executados de maneira a garantir a estabilidade mecânica, níveis horizontais e verticais além de acabamento esmerado.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CASA CIVIL DA CORDENADORIA DO DISTRITO FEDERAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CEILÂNDIA- RA-IX
DIRETORIA DE OBRAS – DIOB/COLOM

Folha nº

Processo nº 138-000.205/2017

Rubrica

Matrícula

CADERNO DE ENCARGOS E ESPECIFICAÇÕES

1. OBJETO

Este caderno de encargos foi elaborado em complementação aos projetos e especificações para a obra, objeto deste documento. Estão definidos neste caderno de encargos os procedimentos e obrigações referentes às partes envolvidas. A CONTRATADA, além de complementar os dados de projeto, deverá levantar no local dos serviços, informações que possibilitem total compreensão das soluções propostas, visando à execução dos serviços dentro dos preceitos normativos da ABNT, dos fabricantes, dos fornecedores dos materiais e da boa prática construtiva responsável e profissional.

1.1 COMPETE AO PROPRIETÁRIO

- A** – Fornecer à CONTRATADA os desenhos, especificações e demais documentos necessários à execução dos serviços a que se refere o CONTRATO, sem prejuízo do exposto no item 1.4 à frente.
- B** – Permitir à CONTRATADA a instalação de áreas provisórias para uso de seus empregados e prepostos em local adequado a critério da FISCALIZAÇÃO.
- C** – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas pelo CONTRATO, fixados nos cronogramas anexos ao contrato.
- D** – Designar representante do quadro de pessoal da ADMINISTRAÇÃO REGIONAL, para acompanhamento e fiscalização das obras e/ou serviços.
- E** – Atender solicitações efetuadas pela CONTRATADA através do Diário de Obra para liberação das várias frentes de trabalho, conforme cronograma físico-financeiro.

1.2 COMPETE À FISCALIZAÇÃO

- A** – Constatadas quaisquer irregularidades nos serviços ou materiais postos na obra, é assegurado à FISCALIZAÇÃO o direito de ordenar a suspensão das obras e/ou serviços e a retirada dos materiais impugnados, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a CONTRATADA, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização nos casos das ordens não serem atendidas dentro do prazo estabelecido no termo de notificação e/ou Diário de Obra correndo por conta exclusiva da CONTRATADA as despesas decorrentes.
- B** – Compete à Fiscalização, a seu critério, solicitar à CONTRATADA a retirada da obra, imediatamente após anotação em Diário de Obra, de qualquer empregado, tarefeiro, operário ou subordinado à mesma, que venha demonstrar conduta imprópria ou incapacidade técnica.
- C** – Quando as circunstâncias ou situações específicas ocorrerem, será facultada a substituição de materiais especificados por outros equivalentes, mediante prévia e expressa autorização da FISCALIZAÇÃO para cada caso em particular, com anuência do autor do projeto.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CASA CIVIL DA CORDENADORIA DO DISTRITO FEDERAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CEILÂNDIA- RA-IX
DIRETORIA DE OBRAS – DIOB/COLOM

Folha nº

Processo nº 138-000.205/2017

Rubrica

Matrícula

D – Ficará a critério de a FISCALIZAÇÃO impugnar, mandar demolir e refazer qualquer serviço que não obedeça às condições do projeto, correndo por conta exclusiva da CONTRATADA as despesas decorrentes das referidas obras e/ou serviços.

1.3 COMPETE À CONTRATADA

A – Ter um Engenheiro ou Arquiteto oficialmente na condição de Responsável Técnico pela obra. Este profissional acompanhará a obra permanentemente, pelo tempo em que perdurarem as atividades e será a pessoa da CONTRATADA com quem a Fiscalização se relacionará para os efeitos da construção. O Responsável Técnico deverá ser apresentado pessoalmente e por escrito à Fiscalização. Do ponto de vista técnico a Administração não relacionará com qualquer pessoa que seja Engenheiro ou Arquiteto, mesmo que seja o proprietário da Empresa.

B – Manter, permanentemente, na obra pelo menos um mestre-de-obras e outros profissionais em quantidade suficiente para cumprir os prazos parciais e totais fixados nos cronogramas anexos ao contrato, além dos equipamentos necessários.

C – Observar as práticas de boa execução, interpretando as formas e dimensões dos desenhos com fidelidade e empregando somente materiais com a qualidade especificada.

D – Providenciar para que os materiais estejam a tempo na obra para fazer cumprir os prazos parciais e totais fixados nos cronogramas anexos ao contrato.

E – Supervisionar e coordenar os trabalhos de eventuais subcontratados, assumindo total e única responsabilidade pelo cumprimento dos prazos de execução dos serviços.

F – Garantir o apoio necessário à administração dos serviços, principalmente para que sejam recolhidos, dentro do prazo, os impostos e taxas de contribuições previdenciárias.

G – Efetuar o pagamento de todos os impostos e taxas incidentes ou que venham a incidir durante a execução, até a conclusão dos serviços sob sua responsabilidade. Cumprir a legislação trabalhista vigente, responsabilizando-se pelo pagamento de quaisquer contribuições das subcontratadas.

H – Efetuar periodicamente ou quando solicitada pela Fiscalização, atualização de cronogramas e previsão de desembolso de modo a manter o Proprietário perfeitamente informado sobre o andamento dos serviços. Toda fatura será respaldada no cronograma físico-financeiro vigente por ocasião do faturamento.

I – Instalar canteiro de obra compatível com o porte da obra a ser executada, bem como efetuar pontualmente o pagamento de todos os encargos decorrentes da instalação e manutenção desse canteiro.

J – Fornecer, sem ônus para o CONTRATANTE, orçamentos referentes a serviços extracontratuais.

K – Efetuar meticulosa fiscalização dos materiais e execução das obras e serviços contratados, facultando à Fiscalização, o acesso a todas as partes das obras. Obriga-se a facilitar o acesso da Fiscalização em oficinas, depósitos, armazéns ou dependências onde se encontrem materiais ou serviços. Por último acatar as decisões da CONTRATANTE.

L – Requerer e obter:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CASA CIVIL DA CORDENADORIA DO DISTRITO FEDERAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CEILÂNDIA- RA-IX
DIRETORIA DE OBRAS – DIOB/COLOM

Folha nº

Processo nº 138-000.205/2017

Rubrica

Matrícula

- Junto ao INSS, o Certificado de Matrícula Especial relativo aos serviços contratados de forma a possibilitar o licenciamento da execução nos termos do artigo 184, item I, Alínea “A” do RGPS.
 - Junto ao CREA deverá ser providenciada a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.
- M** – Comunicar à FISCALIZAÇÃO qualquer erro, desvio ou omissão referente ao estipulado nos desenhos ou especificações, ou em qualquer documento que faça parte integrante do CONTRATO.
- N** – Retirar do canteiro de obras todo o pessoal, máquinas, equipamentos, instalações provisórias e entulhos dentro do prazo estipulado no contrato. No caso do não cumprimento desse prazo, os serviços poderão ser providenciados pelo CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA o pagamento das respectivas despesas sem prejuízo das penalidades estabelecidas.
- O** – Acatar as instruções e observações que emanarem do PROPRIETÁRIO ou da FISCALIZAÇÃO, refazendo qualquer trabalho não aceito por justa causa.
- P** – Obedecer e fazer observar as leis, regulamentos, posturas federais, estaduais e municipais aplicáveis, responsabilizando-se integralmente pelas consequências de suas próprias transgressões e de seus prepostos, inclusive de seus subcontratados e respectivos prepostos.
- Q** – Todos os encargos derivados das Leis Sociais e Trabalhistas em vigor correrão por conta da CONTRATADA, que providenciará o seu fiel recolhimento. A apresentação dos comprovantes dos recolhimentos será indispensável ao pagamento das parcelas mensais bem como à devolução das retenções.
- R** – Providenciar os seguros por lei, inclusive contra acidentes de trabalho, de responsabilidade civil contra danos causados a terceiros, correndo por sua conta e risco a responsabilidade por quaisquer danos ou acidentes ocorridos na obra.
- S** – A CONTRATADA não poderá subcontratar total ou parcialmente as obras sem obter prévio consentimento por escrito do CONTRATANTE. Na hipótese de ser autorizada a realizar a subcontratação, a CONTRATADA diligenciará junto à subcontratada no sentido de serem rigorosamente cumpridas às obrigações contratuais, especialmente quanto à fiel e perfeita execução dos serviços subcontratados, ficando solidariamente assumidos pela CONTRATADA.
- T** – A CONTRATADA não poderá, sob nenhum pretexto, subempreitar a totalidade dos serviços contratados.
- U** – Levar imediatamente ao conhecimento do CONTRATANTE e da FISCALIZAÇÃO qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante o cumprimento do contrato para adoção imediata das medidas cabíveis.
- V** – A CONTRATADA é obrigada a obter todas as licenças e franquias necessárias aos serviços que contratar, pagando os emolumentos prescritos por lei e observando todas as leis, regulamentos e posturas referentes à obra e à segurança pública, bem como atender ao pagamento de seguro de pessoal, despesas decorrentes das leis trabalhistas e impostos.
- W** – O fornecimento de água e energia elétrica para a execução da obra correrá por conta da contratada durante o prazo contratual.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CASA CIVIL DA CORDENADORIA DO DISTRITO FEDERAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CEILÂNDIA- RA-IX
DIRETORIA DE OBRAS – DIOB/COLOM

Folha nº

Processo nº 138-000.205/2017

Rubrica

Matrícula

X – A obrigatoriedade ao cumprimento de quaisquer formalidades, quando derivadas dos serviços prestados, inclusive pagamentos às suas custas, das multas impostas pelas autoridades, mesmo daquelas que por força dos dispositivos legais, sejam impostas ao PROPRIETÁRIO.

1.4 DISPOSIÇÕES GERAIS

A – Os materiais a serem empregados na obra deverão ser novos, de primeira qualidade e obedecer às especificações dos projetos, às normas da ABNT no que couber e, na falta destas ter suas características reconhecidas em certificados ou laudos emitidos por laboratórios tecnológicos idôneos.

B – Nos casos em que a caracterização de determinado material, por marca, denominação ou fabricação for acompanhada da expressão “ou equivalente”, será permitida a alternativa rigorosamente equivalente, a juízo da FISCALIZAÇÃO, entendendo-se por equivalente, marca ou material de mesmo nível técnico, funcionalidade, durabilidade, aspecto e acabamento.

C – Não será tolerado manter no canteiro de serviços quaisquer materiais estranhos às obras.

D – Para efeito de recebimento da primeira fatura, a CONTRATADA deverá apresentar o Alvará de Construção ou licença da obra, expedido pelo órgão pertinente.

E – O controle de qualidade e outros exigidos pela Fiscalização não eximem a CONTRATADA de sua inteira responsabilidade técnica e civil pelas obras e/ou serviços por ela executados.

F – Quando as circunstâncias ou condições do local assim o exigirem, será facultada a substituição de materiais especificados por outros equivalentes, mediante prévia e expressa autorização da FISCALIZAÇÃO para cada caso em particular, com anuência do autor do projeto.

G – A CONTRATADA deverá estar sempre atenta quanto à existência de redes de instalações (elétricas, hidráulicas, telefônicas, etc.) no local da obra. Uma possível danificação de rede existente será responsabilidade da CONTRATADA.

1.5 SEGURANÇA DO TRABALHO E VIGILÂNCIA

A – Precauções: Antes do início dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar à FISCALIZAÇÃO, o responsável pela execução dos serviços. Nesta ocasião serão fixadas as precauções específicas ligadas à natureza dos trabalhos a realizar.

B – Inspeção de Segurança: Serão realizadas inspeções periódicas no canteiro de obras, a fim de verificar o cumprimento das determinações legais, o estado de conservação dos dispositivos protetores do pessoal e das máquinas, bem como para fiscalizar a observância dos regulamentos e normas de caráter geral. À CONTRATADA compete acatar as recomendações decorrentes das inspeções e sanar as irregularidades apontadas.

C – Seguros e Acidentes: Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA, a responsabilidade de quaisquer acidentes no trabalho de execução das obras e/ou serviços contratados, uso indevido de patentes registradas e ainda resultantes de caso fortuito e por qualquer causa, a destruição e danificação da obra em construção, até definitiva aceitação dela pela CONTRATANTE bem como as indenizações que possam ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos contratos, ainda que



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CASA CIVIL DA CORDENADORIA DO DISTRITO FEDERAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CEILÂNDIA- RA-IX
DIRETORIA DE OBRAS – DIOB/COLOM

Folha nº

Processo nº 138-000.205/2017

Rubrica

Matrícula

ocorridos em via pública. Caberá à CONTRATADA fazer comunicação da maneira mais detalhada possível, por escrito, de todo tipo de acidente, inclusive princípio de incêndio.

D – Equipamentos de Proteção Individual (EPI): A CONTRATADA fornecerá aos seus empregados, todos os equipamentos de proteção individual compatíveis com os serviços a serem executados e em atendimento às normas específicas estabelecidas pelo Ministério do Trabalho.

E – Higiene: É de responsabilidade da CONTRATADA manter em estado de higiene todas as instalações do canteiro de obra, devendo permanecer limpas, isentas de lixo, detritos em geral, e de forma satisfatória ao uso.

F – Primeiros Socorros: Caberá à CONTRATADA manter no canteiro de obras todos os medicamentos básicos para o atendimento de primeiros socorros.

G – Exigência de proteção contra incêndio: a CONTRATADA deverá manter no canteiro de obras os equipamentos de proteção contra incêndios, na forma da legislação.

H – Vigilância: Caberá a CONTRATADA manter no canteiro de obras vigias que controlem a entrada e saída de todos os materiais, máquinas e pessoas, bem como manter a ordem e disciplina em todas as dependências da obra.

I – Disposições Finais: Caberá a CONTRATADA obedecer às normas legais que se relacionam com os trabalhos que executa e respeitar as disposições legais trabalhistas (Portaria nº 3.214 de 08/06/1978) da Engenharia de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho.

2. COMUNICAÇÃO NA OBRA

Além das comunicações descritas entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE, haverá a comunicação entre os seus representantes na obra. Estes representantes são definidos a seguir, com a indicação de suas atribuições e meios de comunicação.

A – Diário de obra: a CONTRATADA manterá no canteiro de obra um Diário de Obra com páginas numeradas em três vias, sendo duas destacáveis. Este Diário de Obra servirá para registro de fatos que tenham implicação contratual e para comunicações pertinentes a obra.

3. MULTAS POR PENALIDADES

As multas por infração de cláusulas contratuais serão estabelecidas no CONTRATO, quer quanto ao montante, quer quanto ao modo de cobrança.

Igualmente do CONTRATO constarão os casos de rescisão do mesmo e outras obrigações a assumir neste particular.

4. INÍCIO DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA iniciará os trabalhos dentro do prazo fixado no respectivo CONTRATO, isto é, a partir do 5º dia da data de expedição da Ordem de Serviço emitida pelo proprietário. A execução dos serviços obedecerá ao cronograma aprovado pela FISCALIZAÇÃO. A CONTRATADA deverá, através de



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CASA CIVIL DA CORDENADORIA DO DISTRITO FEDERAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CEILÂNDIA- RA-IX
DIRETORIA DE OBRAS – DIOB/COLOM

Folha nº

Processo nº 138-000.205/2017

Rubrica

Matrícula

entendimentos com a FISCALIZAÇÃO, montar um sistema de fluxos de material, equipamentos e pessoal.

4.1 SERVIÇOS PRELIMINARES

4.1.1 CANTEIRO DE OBRAS

4.1.1 CANTEIRO DE OBRAS

- A.** Caberá a CONTRATADA, ainda como Proponente à época da licitação, promover minucioso estudo dos projetos fornecidos e do local de sua execução, com especial atenção às possíveis interferências existentes ou a executar, incluindo nos seus preços unitários, os custos relativos a proteções e/ou escoramentos daqueles elementos, bem como, as dificuldades que eles possam oferecer à instalação de equipamentos necessários a execução das obras.
- B.** A CONTRATADA deverá tomar todas as providências necessárias para a garantia do rápido e do fácil acesso aos locais dos serviços, estocagem e/ou preparo de materiais, instalados em local seguro, fora do alcance de desvio de águas de chuva, permitindo a execução segura dos serviços.
- C.** A CONTRATADA deverá afixar em local visível a placa da obra, confeccionado em chapa galvanizada, que deverá atender as exigências do CREA e da CONTRATANTE, bem como manter no local da obra e com fácil acesso, cópias do licenciamento da obra, projetos arquitetônico, estrutural, de instalações e outros, Certificado de Matrícula e Alteração (CMA) do INSS, ART do CREA/DF ou RRT do CAU/DF e cronograma físico-financeiro.
- D.** É obrigatória a colocação de tapume ou barreiras sempre que se executarem atividades de construção, de forma a impedir o acesso de pessoas estranhas aos serviços. O tapume deve ser construído e fixado de forma resistente, e ter altura mínima de 2,2 m em relação ao nível do terreno. Em caso de necessidade de realização de serviços sobre o passeio, a galeria tem de ser executada na via pública, devendo nesse caso ser sinalizada em toda sua extensão, por meio de sinais de alerta aos motoristas nos dois extremos e iluminação durante a noite. As bordas da cobertura da galeria precisam ter tapumes fechados com altura mínima de 1 m, com inclinação de aproximadamente 45°. As galerias necessitam ser mantidas sem sobrecargas que prejudiquem a estabilidade de sua estrutura. Existindo risco de queda de materiais nas edificações vizinhas, elas devem ser protegidas. Em se tratando de prédio construído no alinhamento do terreno, a fachada da obra tem de ser protegida, em toda a sua extensão, com fechamento de tela. Quando a distância da demolição ao alinhamento do terreno com a via pública for inferior a 3 m, é necessário ser executado um tapume no alinhamento do terreno.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CASA CIVIL DA CORDENADORIA DO DISTRITO FEDERAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CEILÂNDIA- RA-IX
DIRETORIA DE OBRAS – DIOB/COLOM

Folha nº

Processo nº 138-000.205/2017

Rubrica

Matrícula

- E.** Caberá à CONTRATADA a remoção e/ou remanejamento de toda e qualquer rede ou canalização que porventura exista no local da obra, assegurando seu permanente, contínuo e perfeito funcionamento.
- F.** Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA quaisquer danos porventura causados à rede de instalações existentes, devendo os mesmos serem corrigidos e recuperados às suas expensas.
- G.** As linhas de abastecimento de água, energia elétrica, bem como as canalizações de esgoto e águas pluviais que atendem ao local deverão ser protegidas, respeitando-se as normas e determinações das empresas concessionárias e repartições públicas competentes.
- H.** A CONTRATADA deverá providenciar as ligações provisórias de água, energia elétrica junto às concessionárias – CAESB e CEB, cujo ônus é de sua inteira responsabilidade. Ao final da obra a CONTRATADA deverá providenciar o desligamento das ligações.
- I.** A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas relativas às ligações e ao consumo de água, esgoto e elétrica. Porém, ao término da obra todas as ligações deverão ser removidas.
- J.** A CONTRATADA será responsável pela locação dos elementos da obra no local, rigorosamente de acordo com as cotas e alinhamentos estabelecidos no projeto e neste Caderno.
- K.** A ocorrência de erro na locação da obra implicará para a CONTRATADA na obrigação de proceder por conta própria, as modificações, demolições e reposições que se tornarem necessárias a juízo da FISCALIZAÇÃO.

4.1.2 PROTEÇÃO E SINALIZAÇÃO

- A.** A CONTRATADA deverá precaver-se contra vândalos, já que, costumeiramente, danificam as obras enquanto ainda em fase de execução, antes da entrega. Qualquer dano enquanto a obra não for entregue é de inteira responsabilidade da CONTRATADA.
- B.** A CONTRATADA deverá manter o canteiro de obras totalmente isolado, de acordo com as normas do Código de Edificações do Distrito Federal.
- C.** A CONTRATADA deverá prever para os acessos de serviços, boas condições de tráfego e segurança satisfatória com sinalização adequada interna e externa, de fácil interpretação pelos usuários.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CASA CIVIL DA CORDENADORIA DO DISTRITO FEDERAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CEILÂNDIA- RA-IX
DIRETORIA DE OBRAS – DIOB/COLOM

Folha nº

Processo nº 138-000.205/2017

Rubrica

Matrícula

D. Durante a execução dos serviços a CONTRATADA providenciará o isolamento da área com telas e sinalização apropriada ao desvio de fluxo de pedestres e automóveis, bem como à proteção dos operários, e dos acabamentos de piso e pinturas.

4.2 DEMOLIÇÕES E RETIRADAS

4.2.1 – DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES

- A.** Antes do início dos serviços, a Contratada procederá a um detalhado exame e levantamento da edificação ou estrutura a ser demolida. Deverão ser considerados aspectos importantes tais como a natureza da estrutura, os métodos construtivos, o estado físico da edificação, as condições das construções vizinhas.
- B.** A Contratada deverá fornecer, para aprovação da Fiscalização, um programa detalhado, descrevendo as diversas fases da demolição previstas no projeto e estabelecendo os procedimentos a serem adotados na remoção de materiais reaproveitáveis.
- C.** A demolição manual será executada progressivamente utilizando ferramentas portáteis motorizadas ou manuais.
- D.** A demolição convencional, manual ou mecânica, será executada conforme previsto no projeto, no plano de demolição apresentado pela CONTRATADA e aprovado pela FISCALIZAÇÃO e de acordo com as recomendações da Norma NBR 5682.
- E.** Os serviços de demolição deverão ser iniciados pelas partes superiores da edificação, mediante o emprego de calhas, evitando o lançamento do produto da demolição em queda livre. As partes a serem demolidas deverão ser previamente molhadas para evitar poeira em excesso durante o processo de demolição. Os materiais provenientes da demolição, reaproveitáveis ou não, serão convenientemente removidos para os locais indicados pela Fiscalização.
- F.** Quando forem feitas várias tentativas para demolir uma estrutura através de um só método executivo e não for obtido êxito dever-se-ão utilizar métodos alternativos, desde que aprovados pela FISCALIZAÇÃO.
- G.** A CONTRATADA fará periódicas remoções de entulhos e detritos que venham a acumular-se no recinto das obras durante a construção.
- H.** O transporte do material retirado deverá ser feito utilizando-se carros de mão e jericas, conforme o caso. Não será permitido o lançamento em queda livre.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CASA CIVIL DA CORDENADORIA DO DISTRITO FEDERAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CEILÂNDIA- RA-IX
DIRETORIA DE OBRAS – DIOB/COLOM

Folha nº

Processo nº 138-000.205/2017

Rubrica

Matrícula

I. A remoção dos materiais por gravidade deverá ser feita em calhas fechadas, de madeira, plástico ou metal. No ponto de descarga haverá um dispositivo de fechamento manejado por operário habilitado, sendo proibido o estacionamento ou trânsito nesse local.

J. O material de demolição depositado no piso não poderá exceder a capacidade de carga desse. O armazenamento do material demolido ou retirado, mesmo que provisório, não deverá obstruir o trânsito das pessoas ou veículos ou o escoamento natural das águas. Os produtos de demolição não poderão ser encaminhados para a rede de drenagem urbana através de lavagem.

K. A remoção será efetuada em veículos apropriados ao tipo e ao volume do material demolido. O transporte do entulho deverá ser feito por empresa autorizada pela SEMARH, se for o caso poderá ser exigido certificado do transporte, bem como do aterro de destino dos resíduos.

4.2.2 – RETIRADAS

A. As retiradas de que tratam os itens abaixo descritos consistirão na desmontagem, desafixação, soltura, ou desagregação de todo ou parte dos elementos constituintes da vedação, das esquadrias, da cobertura, dos pisos e pavimentos;

B. Deverá ser removida todo o fechamento da platibanda lateral direita, em telhas metálicas trapezoidais, as quais deverão ser mantidas integras e em bom estado para posterior corte e afixação.

C. Deverão ser retiradas todas as tampas, grelhas, meios fios, em condições de reaproveitamento, devendo ser acondicionados em local adequado, sob guarda e responsabilidade da CONTRATADA até o momento da reutilização.

D. As eventuais peças, ornamentos ou outros elementos de utilização específicos das bancas objeto da intervenção deverão ser retiradas e entregues aos proprietários pela CONTRATADA, mediante termo circunstanciado e relatório fotográfico, atestando o estado de conservação e as características encontradas e preservadas, para posterior instalação, fixação ou posicionamento nas condições originalmente encontradas;

E. Retirada da a instalação primária e secundária de esgoto em PVC, nos trechos indicados no projeto, sem reaproveitamento de tubos e conexões;

F. Retirada das todas as Portas e Janelas existentes, sem reaproveitamento



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CASA CIVIL DA CORDENADORIA DO DISTRITO FEDERAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CEILÂNDIA- RA-IX
DIRETORIA DE OBRAS – DIOB/COLOM

Folha nº

Processo nº 138-000.205/2017

Rubrica

Matrícula

G. Retirada de todas as peças sanitárias, bem como os conectores, dispositivos de acionamento e aos acessórios compatíveis com a utilização dos ambientes

H. Os materiais provenientes das retiradas, considerados reaproveitáveis, deverão ser convenientemente removidos para os locais indicados pela FISCALIZAÇÃO

4.3 INFRA-ESTRUTURA

4.3.1 FUNDAÇÕES

A. As escavações, onde necessárias, serão convenientemente isoladas, escoradas e esgotadas, adotando-se todas as providências e cautelas aconselháveis para a segurança dos operários, garantia das propriedades vizinhas e integridade dos logradouros e redes públicas

B. Os elementos de fundação da mureta de arrimo, tais como estacas e viga baldrame, deverão ser locados perfeitamente de acordo com o projeto.

C. A escavação será realizada com a inclinação prevista no projeto ou compatível com o solo escavado.

D. Uma vez atingida a profundidade prevista no projeto, o terreno de fundação será examinado para a confirmação de tensão admissível e caso de não se atingir terreno com resistência considerada compatível pela fiscalização, a escavação será aprofundada até a ocorrência de material adequado.

E. Será permitida a troca do solo por outro material, como pedras e areia, desde que consultada a fiscalização.

F. Uma vez liberada a cota de assentamento das fundações, será preparada a superfície através da remoção de material solto ou amolecido, para a colocação do lastro de concreto magro.

G. As operações de colocação de armaduras e concretagem dos elementos de fundação serão realizadas dentro dos requisitos do projeto e de conformidade com as normas e recomendações específicas, tanto quanto às dimensões e locações, quanto às características de resistência dos materiais utilizados.

H. Cuidados especiais serão tomados para permitir a drenagem da superfície de assentamento das fundações diretas e para impedir o amolecimento do solo superficial.

I. Se as condições do terreno permitirem, poderá ser dispensada a utilização de fôrmas, executando-se a concretagem contra “barranco”, desde que aprovada pela Fiscalização.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CASA CIVIL DA CORDENADORIA DO DISTRITO FEDERAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CEILÂNDIA- RA-IX
DIRETORIA DE OBRAS – DIOB/COLOM

Folha nº

Processo nº 138-000.205/2017

Rubrica

Matrícula

J. O reaterro será executado após a desforma das e vigas baldrames, ou 48 horas após a cura do concreto, se este for executado “contra barranco”.

4.3.2 ARMADURAS

A. A construtora deverá fornecer, armar e colocar todas as armaduras de aço (incluindo estribos, fixadores, arames, amarrações e barras de ancoragem, travas, emendas por superposição ou solda, e tudo o mais que for necessário à perfeita execução desses serviços) de acordo com as indicações do projeto.

B. Qualquer armadura, inclusive de distribuição, de montagem e estribos, terá cobertura de concreto nunca menor que as espessuras prescritas na NBR 6118.2003.

C. Para manter o posicionamento da armadura e durante as operações de montagem, lançamento e adensamento do concreto, serão utilizados fixadores e espaçadores que garantam o recobrimento mínimo pré-estabelecido no projeto. Essas peças serão totalmente envolvidas pelo concreto, de modo a não provocarem manchas ou deterioração nas superfícies externas.

D. As barras de aço não apresentarão excesso de ferrugem, manchas de óleo, argamassa aderente ou qualquer outra substância que impeça uma perfeita aderência ao concreto.

E. As emendas das barras serão localizadas rigorosamente nas posições previstas no projeto podendo ser por

F. As emendas das barras serão localizadas rigorosamente nas posições previstas no projeto podendo ser por transpasse, por luvas de preenchimento metálico, rosqueamento ou prensadas, por solda ou por outros dispositivos devidamente justificados. Se o projeto não indicar as posições das emendas, estas deverão ser executadas em regiões de menor solicitação. As emendas deverão apresentar total garantia de eficiência e segurança. Antes da execução, a locação das emendas deverá ser aprovada pela FISCALIZAÇÃO.

G. Será tomado cuidado no correto posicionamento das armaduras e no que tange aos recobrimentos, prevendo a utilização de grampos e espaçadores adequados.

H. A armadura não deverá ficar em contato direto com a fôrma, observando-se, para isto, a distância mínima prevista pela NB-1/78 (NBR 6118).

I. Serão adotadas providências no sentido de evitar a oxidação excessiva das barras de espera. Antes do reinício da concretagem deverão estar limpas e isentas de quaisquer impurezas.

J. O recobrimento mínimo das armaduras para qualquer peça será igual 2,5cm

K. Os diâmetros, tipos, posicionamentos e demais características da armadura deverão ser rigorosamente verificados quanto à sua conformidade com o projeto de estrutura, antes do lançamento do concreto.

L. Os pilares serão executados com armação de 6 ferros CA-50 de 6,30mm e estribos em aço CA-60 de 4,2mm, espaçados a cada 15 cm.

M. As vigas serão executadas com a utilização de blocos de concreto estrutural tipo canaleta



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CASA CIVIL DA CORDENADORIA DO DISTRITO FEDERAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CEILÂNDIA- RA-IX
DIRETORIA DE OBRAS – DIOB/COLOM

Folha nº

Processo nº 138-000.205/2017

Rubrica

Matrícula

N. A seção dos pilares será de 15cm x 30cm, onde a largura equivale à menor dimensão do bloco de alvenaria.

4.3.3 FORMAS E ESCORAMENTOS

- A.** As formas e escoramentos deverão ser preparados pelo construtor de tal forma que fique assegurada sua resistência aos esforços decorrentes do lançamento e vibrações do concreto, sem sofrer deformações, fazendo com que, por ocasião da desforma, a estrutura reproduza o determinado em projeto.
- B.** Antes do lançamento do concreto, as medidas e as posições das fôrmas deverão ser conferidas, a fim de assegurar que a geometria da estrutura corresponda ao projeto, com as tolerâncias previstas na Norma 6118.
- C.** As superfícies que ficarão em contato com o concreto serão limpas, livres de incrustações de nata ou outros materiais estranhos, e convenientemente molhadas e calafetadas, tomando-se ainda as demais precauções constantes no item 9.5 da Norma NBR 6118.
- D.** A precisão de colocação das formas será de, mais ou menos 5mm.
- E.** Quando necessária, a correção de prumo e nível será efetuada imediatamente, com o emprego de cunhas, escoras, etc.
- F.** O material para execução das formas deverá ser tal que garanta a sua estanqueidade e a mais perfeita observância do concreto às dimensões indicadas nos projetos de arquitetura e de estrutura.
- G.** Na retirada das formas, devem ser tomados os cuidados necessários a fim de impedir que sejam danificadas as superfícies do concreto.

4.3.4 CONCRETAGEM DE ELEMENTOS ESTRUTURAIS

- A.** Todos os elementos estruturais das fundações (estacas e viga baldrame), bem como os pilares e viga de amarração superior deverão ser constituídos de concreto estrutural **Fck 20Mpa**, usinado ou virado em betoneira, de acordo com os critérios estabelecidos neste caderno de especificações.
- B.** Os traços de concreto devem ser determinados através de dosagem experimental, de acordo com a NBR 12655 e NBR 6118, em função da resistência característica à compressão (fck) e da vida útil (durabilidade) determinadas por calculista de responsabilidade da CONTRATADA e da trabalhabilidade requerida.
- C.** O preparo do concreto será executado através de equipamento apropriado e convenientemente dimensionado em função das quantidades e prazos estabelecidos para a obra.
- D.** O concreto empregado na execução das peças deverá satisfazer rigorosamente as condições de resistência especificada, durabilidade e impermeabilidade adequada às condições de exposição, assim como obedecer, além destas especificações, as recomendações das normas vigentes na ABNT.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CASA CIVIL DA CORDENADORIA DO DISTRITO FEDERAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CEILÂNDIA- RA-IX
DIRETORIA DE OBRAS – DIOB/COLOM

Folha nº

Processo nº 138-000.205/2017

Rubrica

Matrícula

- E.** O concreto preparado no canteiro de serviços deverá ser misturado em betoneiras, por possibilitarem maior uniformidade e rapidez na mistura.
- F.** Será cuidadosamente executada a cura de todas as superfícies expostas, com o objetivo de impedir a perda da água destinada à hidratação do cimento.
- G.** Durante o período de endurecimento do concreto, suas superfícies deverão ser protegidas contra chuvas, secagem rápida, mudanças bruscas de temperatura, choques e vibrações que possam produzir fissuras ou prejudicar a aderência com a armadura.
- H.** Para impedir a secagem prematura, as superfícies de concreto serão mantidas úmidas, durante pelo menos 07 (sete) dias após o lançamento
- I.** O concreto só será lançado depois que todo o trabalho de formas, instalação de peças embutidas e preparação das superfícies estiverem inteiramente concluídas.
- J.** O lançamento será contínuo e conduzido de forma a não haver interrupções superiores ao tempo de pega do concreto.
- K.** Uma vez iniciada a concretagem de um lance, a operação deverá ser contínua e somente terminada nas juntas de concretagem preestabelecidas. Por outro lado, a operação de lançamento deverá ser tal que o efeito de retração inicial do concreto seja o mínimo possível.
- L.** Deverão ser evitados vazios ou ninhos de tal maneira que o concreto seja perfeitamente confinado junto às formas e peças embutidas.
- M.** Durante e imediatamente após o lançamento, o concreto deverá ser vibrado e adensado contínua e energicamente com equipamento adequado à sua trabalhabilidade. O adensamento será cuidadoso para que o concreto preencha todos os vazios das formas.
- N.** Durante o adensamento tomar-se-ão as precauções necessárias para que não se formem nichos nem segregação dos materiais; deve-se evitar a vibração da armadura para que não se formem vazios ao seu redor, com prejuízo da aderência.
- O.** As formas e escoramentos apresentarão resistência suficiente para não se deformarem sensivelmente sob a ação das cargas e das variações de temperatura e umidade.
- P.** Serão observadas as locações dos furos para passagem das redes de esgoto e elétricas. As furações serão previstas com buchas ou caixas adrede. Nos casos em que não haja indicação no projeto, os furos deverão ser situados, sempre que possível, na zona de neutra de vigas ou outros elementos atravessados, devendo ser a locação dos furos submetidas à aprovação da FISCALIZAÇÃO.
- Q.** Toda peça concretada sem a conferência e a aprovação prévia da armadura por parte da FISCALIZAÇÃO estará sujeita a demolição total sem nenhum ônus adicional para o CONTRATANTE.

4.3.5.MURETA DE ARRIMO

- A.** Será construída uma mureta de contenção de aterro para nivelamento da circulação externa, com panos de alvenaria de **bloco estrutural** nas dimensões **14x19x39cm**, com ancoragem nos pilares e vigas, conforme indicado no projeto.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CASA CIVIL DA CORDENADORIA DO DISTRITO FEDERAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CEILÂNDIA- RA-IX
DIRETORIA DE OBRAS – DIOB/COLOM

Folha nº

Processo nº 138-000.205/2017

Rubrica

Matrícula

- B.** Para garantir a estabilidade da mureta de contenção do aterro nos trechos indicados, serão executadas estacas tipo trado diâmetro de 30 cm e concreto $F_{ck} = 20 \text{ Mpa}$. Moldada in loco.
- C.** Será utilizado concreto com resistência característica mínima de **20 MPa**, nas vigas e pilares.
- D.** Os painéis de alvenaria servirão de forma na dimensão de 14cm para os pilares a serem concretados e que darão estabilidade ao muro principalmente nos trechos com desnível maior.
- E.** Antes de iniciar o assentamento dos painéis de alvenaria, a contratada deverá nivelar umedecer e compactar manualmente o terreno com maço de 30 kg. Esse procedimento é importante para evitar pequenos recalques diferenciais.
- F.** No respaldo da alvenaria será executada uma cinta corrida de 14cm x 20cm, armada com 4 ferros corridos de diâmetro 8,00mm e estribos de 5mm a cada 20cm, incluindo uma cinta no fundo que servirá de base para sustentação da parede.
- G.** A alvenaria de vedação/contenção entre os pilares será feita com blocos de concreto tamanho **14x19x39cm** que juntamente com toda estrutura receberá chapisco, reboco e pintura.
- H.** A face exposta da mureta deverá ser chapiscada e aplicada regularização com argamassa
- I.** As superfícies de concreto que ficarem em contato com a alvenaria serão previamente chapiscadas em argamassa de cimento e areia, no traço 1:3.
- J.** Para a aplicação do chapisco, a base deverá estar limpa, livre de pó, graxas, óleos, eflorescências, materiais soltos ou quaisquer produtos que venham prejudicar a aderência e abundantemente molhadas antes de receber a aplicação desse tipo de revestimento;
- K.** A aplicação do chapisco deverá ser realizada através de aspersão vigorosa da argamassa, continuamente sobre toda área da base, que se pretende revestir.
- L.** Fornecimento e aplicação de reboco tipo paulista utilizando argamassa mista de cimento cal e areia, no traço 1:2:8, com 25mm de espessura, aplicado em parede interna ou externa;



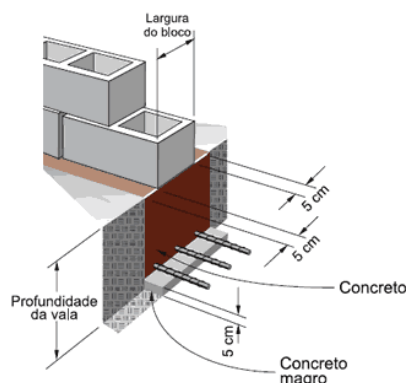
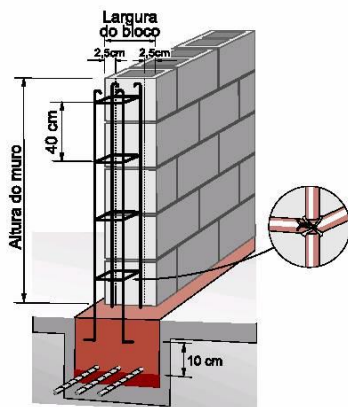
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CASA CIVIL DA CORDENADORIA DO DISTRITO FEDERAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CEILÂNDIA- RA-IX
DIRETORIA DE OBRAS – DIOB/COLOM

Folha nº

Processo nº 138-000.205/2017

Rubrica

Matrícula



Fonte: Disponível em www.cimento.org

4.4 ALVENARIA PARA CAIXAS DE GORDURA COLETIVAS E CAIXAS DE INSPEÇÃO

- A.** Deverão ser construídas 08 (oito) caixas de captação coletiva de gordura, com capacidade mínima de 120 litros, conforme dimensões, posicionamento e detalhes indicados no projeto específico, em blocos de concreto estruturais de **19x19x39cm**, com acabamento em tampa de ferro fundido T33 fundida em laje pré-moldada de concreto e tratamento impermeabilizante e anticorrosivo na parte interna;
- B.** Deverão ser construídas 17 (dezessete) caixas de inspeção para rede de esgoto, conforme dimensões, posicionamento e detalhes indicados no projeto específico, em blocos de concreto estruturais de **19x19x39cm**, com acabamento em tampa de ferro fundido T33 fundida em laje pré-moldada de concreto e tratamento impermeabilizante e anticorrosivo na parte interna;
- C.** As paredes em geral terão espessura de 20cm acabadas e apresentarão prumo e alinhamento perfeitos, fiadas niveladas e com a espessura das juntas compatíveis com os materiais empregados;
- D.** As juntas verticais não deverão coincidir entre fiadas contínuas, de modo a garantir a amarração dos tijolos.
- E.** A planeza das paredes será verificada periodicamente durante o levantamento da alvenaria e comprovada após a alvenaria erguida, não podendo apresentar distorção maior que 5mm.
- F.** Os blocos serão assentados com argamassa pré-fabricada misturada ao cimento na proporção de 6:1 (argamassa, cimento), com fuga de 1,5cm, adicionadas de aditivo impermeabilizante;
- G.** Antes de ser iniciado qualquer serviço de revestimento deverão ser testadas todas as canalizações, os caimentos e chumbamento das tubulações;
- H.** Fornecimento e aplicação de chapisco de aderência com argamassa de cimento e areia, no traço 1:3, com adição de adesivo a base de resina sintética, e = 5mm, nas paredes inclusive de áreas úmidas;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CASA CIVIL DA CORDENADORIA DO DISTRITO FEDERAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CEILÂNDIA- RA-IX
DIRETORIA DE OBRAS – DIOB/COLOM

Folha nº

Processo nº 138-000.205/2017

Rubrica

Matrícula

I. O procedimento de execução do chapisco deverá obedecer ao previsto na NBR 7200 – Revestimentos de paredes e tetos com argamassas – materiais, preparo, aplicação e manutenção. As bases de revestimento deverão atender às condições de plano, prumo e nivelamento, fixadas pela especificação de norma brasileira.

J. Para a aplicação do chapisco, a base deverá estar limpa, livre de pó, graxas, óleos, eflorescências, materiais soltos ou quaisquer produtos que venham prejudicar a aderência e abundantemente molhadas antes de receber a aplicação desse tipo de revestimento. A operação terá de ser executada, para atingir o seu objetivo, com o emprego de esguicho de mangueira.

K. A aplicação do chapisco deverá ser realizada através de aspersão vigorosa da argamassa, continuamente sobre toda área da base, que se pretende revestir.

L. Fornecimento e aplicação de reboco tipo paulista utilizando argamassa mista de cimento cal e areia, no traço 1:2:8, com 25mm de espessura, aplicado em parede interna e externa, devendo ser utilizado aditivo impermeabilizante na proporção indicada pelo fabricante;

M. O reboco paulista consiste em uma camada de revestimento que propicia a superfície receber o acabamento final. Sua aplicação se dará após o chapisco.

N. O procedimento de execução do reboco deverá obedecer ao previsto na NBR 7200 – Revestimento de paredes e tetos com argamassas - materiais, preparo, aplicação e manutenção.

O. O reboco paulista deve ser alisado e desempenado, devendo aderir bem ao chapisco e deverá possuir textura e composição uniforme. A espessura da camada de reboco paulista deverá ter no máximo 25mm.

P. A fixação das tampas das caixas deverá ser estanque à água, resíduos e gases, e deverão ser fundidas às tampas de concreto moldadas in loco, conforme e especificações do projeto.

4.5 ESTRUTURA METÁLICA E COBERTURA

A. As ligações da estrutura metálica serão soldadas, e todos os perfis metálicos utilizados deverão ser do tipo aço estrutural ASTM A-36, em conformidade com as indicações no projeto. Todos os perfis utilizados estão indicados em projeto

B. Todos os perfis metálicos, após limpeza, deverão receber pintura prime anticorrosiva em duas demãos, e pintura de acabamento conforme indicação em projeto.

C. A cobertura complementar será executada na face direita da platibanda metálica, com material de mesma especificação, conforme projeto, com a utilização de telhas de aço galvanizado trapezoidal de 0,5 mm de espessura.

D. As telhas existentes na lateral esquerda deverão ser cuidadosamente retiradas, recortadas na altura indicadas, e concomitantemente com a instalação da cobertura complementar deverão ser fixadas na mesma disposição original;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CASA CIVIL DA CORDENADORIA DO DISTRITO FEDERAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CEILÂNDIA- RA-IX
DIRETORIA DE OBRAS – DIOB/COLOM

Folha nº

Processo nº 138-000.205/2017

Rubrica

Matrícula

- E.** Entre o fechamento lateral e a cobertura complementar, devido a angulação formada entre as peças, deverá ser fixada chapa de aço zincada, formando um rufo para escoamento das águas pluviais, conforme detalhado no projeto
- F.** As cores e o processo de pintura da estrutura deverão seguir as especificações constantes item 4.8.
- G.** Serão obedecidas as normas da ABNT relativas ao assunto, especialmente as relacionadas a seguir:
- NBR-9971 Elementos de fixação dos componentes das estruturas metálicas;
 - NBR-9763 Aços para perfis laminados, chapas grossas e barras, usados em estruturas fixas;
 - NBR-8800 Projeto e execução de estruturas de aço de edifícios - método dos estados limites;
 - NB-143/67 Cálculo de estruturas de aço constituídas por perfis leves;
 - NBR-6355 Perfis estruturais de aço, formados a frio;
 - NBR-5884 Perfis estruturais soldados de aço.
- H.** Deverão ser complementadas pelas Normas, Padrões e Recomendações das seguintes Associações Técnicas, nas formas mais recentes:
- AISC: American Institute of Steel Construction;
 - ASTM: American Society for Testing and Materials;
 - AWS: American Welding Society;
 - SAE: Society of Automotive Engineers;
 - ANSI: American National Standard Institute;
 - SSPC: Steel Structures Painting Council Munsell Color Notation;
 - SIS: Sweriges Standardiserings Kommission.
- I.** A estrutura de aço deverá ser executada de acordo com as orientações contidas no projeto estrutural.
- J.** As telhas para cobertura da edificação serão metálicas, do tipo trapezoidal T4, e=0,5mm, no sistema sanduiche com proteção termoacústica de polietileno expandido, apoiadas sobre tesouras de estrutura metálica, na conformação das bicas indicada no projeto.
- K.** A cobertura deverá ser executada conforme os procedimentos estabelecidos nas normas brasileiras e nas dimensões, forma e inclinação indicadas no Projeto Arquitetônico.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CASA CIVIL DA CORDENADORIA DO DISTRITO FEDERAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CEILÂNDIA- RA-IX
DIRETORIA DE OBRAS – DIOB/COLOM

Folha nº

Processo nº 138-000.205/2017

Rubrica

Matrícula

- L. Fornecimento e instalação chapa de aço zincada conformada entre os perfis das terças, compondo o acabamento na forma indicada no projeto e seus detalhes.

4.6 INSTALAÇÕES

4.6.1 – INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS

- A. Todo o material relativo às instalações de água fria e esgoto deverão ser em PVC rígido das linhas soldável e com juntas elásticas, quando aplicável, de marca de 1ª qualidade, observadas as bitolas e demais especificações constantes nos projetos e seus detalhes, bem como na Planilha Orçamentária.
- B. Antes do início da montagem das tubulações, a Contratada deverá examinar cuidadosamente o projeto e verificar a existência de todas as passagens e aberturas nas estruturas. A montagem deverá ser executada com as dimensões indicadas no desenho e confirmadas no local da obra.
- C. Para a instalação de tubulações embutidas em paredes de alvenaria, os tijolos deverão ser recortados cuidadosamente com talhadeira, conforme marcação prévia dos limites de corte. No caso de blocos de concreto, deverão ser utilizadas serras elétricas portáteis, apropriadas para essa finalidade.
- D. As tubulações embutidas em paredes de alvenaria serão fixadas pelo enchimento do vazio restante nos rasgos com argamassa de cimento e areia.
- E. As tubulações, devido ao referido enchimento, não deverão ser ancoradas, devendo ser permitido trabalho de dilatação de forma a não prejudicar conexões.
- F. As passagens para as tubulações, através de elementos estruturais, deverão ser executadas antes da concretagem, conforme indicação no projeto, ou por furação mecanizada também prevista e detalhada no cálculo estrutural.
- G. Toda a tubulação e os acessórios das redes de água e de esgoto serão de PVC soldável, normatizada e executada conforme recomendações do fabricante. O diâmetro da tubulação deverá obedecer rigorosamente às especificações do projeto.
- H. O procedimento usado nas juntas deverá ser o seguinte: lixamento na ponta, na parte externa e na bolsa na parte interna, aplicando em seguida líquido removedor de sujeira e colocar uma camada fina de cola do tipo colagem rápida para PVC.
- I. Os tubos somente poderão ser assentados após a aprovação da FISCALIZAÇÃO que poderá, às expensas da CONTRATADA, solicitar os ensaios que julgar necessário, bem como rejeitar o material julgado impróprio para uso.
- J. A abertura das valas para assentamento de tubos deverá obedecer rigorosamente a marcação feita por ocasião da locação do projeto.
- K. A profundidade deverá obedecer às cotas do projeto, podendo ser alterado, mediante autorização expressa da FISCALIZAÇÃO, nos pontos onde o terreno natural for atingido em profundidade inferior a estabelecida no projeto.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CASA CIVIL DA CORDENADORIA DO DISTRITO FEDERAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CEILÂNDIA- RA-IX
DIRETORIA DE OBRAS – DIOB/COLOM

Folha nº

Processo nº 138-000.205/2017

Rubrica

Matrícula

- L.** As caixas de gordura para conexão das pias das bancas indicadas em projeto, deverão ser em PVC, de marca de 1ª qualidade, com capacidade de 18 litros, dotadas de cesto para limpeza, e assentadas de forma que o acabamento da tampa esteja em nivelamento perfeito com o acabamento do piso;
- M.** Toda a tubulação deverá ser testada antes do recobrimento.

4.7 REVESTIMENTOS E ACABAMENTOS

4.7.1 PISO EM GRANITINA

- A.** Deverá ser recomposta toda extensão de piso tipo granitina na parte interna, na ordem de 70,80m², demolida para a execução de instalações de esgoto, nos mesmos tom, espessura e granulometria do piso existente.
- B.** Deverá ser recomposta a regularização do contrapiso, empregando argamassa de cimento e areia, sem peneirar, no traço 1:3, com espessura de 3cm, devendo a base ser apiloada e executado lastro impermeabilizado de concreto não estrutural com espessura de 6cm. A regularização deverá ser feita com régua de alumínio e desempenadeira de madeira, perfeitamente nivelado e sem ondulações.
- C.** Havendo sido removido qualquer trecho de rodapé, todos deverão ser recompostos nos mesmos materiais empregados, ou similar, garantindo-se a qualidade física e estética da reconstituição dos ambientes internos e cercanias dos boxes que sofreram intervenção;
- D.** As juntas de dilatação deverão ser executadas por fixação de juntas plásticas na cor existente, espessura de até 2mm, em quadrículas de no máximo 1x1m, acompanhando a disposição e o espaçamento da paginação original;
- E.** O piso deverá ser executado com a observância do caimento para ralos e/ou caixas sifonadas, quando presentes nos ambientes ou serem perfeitamente nivelados nos demais.
- F.** Antes da execução assentamento do piso, a base deve estar devidamente preparada com uma superfície rugosa e isenta de poeira e de qualquer irregularidade.

4.8 PINTURAS E IMPERMEABILIZAÇÕES

- A.** As superfícies a serem pintadas serão cuidadosamente limpas, escovadas e raspadas, de modo a remover sujeiras, poeiras e outras substâncias estranhas;
- B.** Cada demão de tinta somente será aplicada quando a precedente estiver perfeitamente seca, devendo-se observar um intervalo de 24 horas entre demãos sucessivas;
- C.** Deverão ser adotadas precauções especiais, a fim de evitar respingos de tinta em superfícies não destinadas à pintura, como pisos e rodapés em granitina, revestimentos cerâmicos, vidros, louças, metais e acessórios, dobradiças e fechaduras, devendo ser efetuado perfeito recorte nos encontros entre as superfícies destes elementos.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CASA CIVIL DA CORDENADORIA DO DISTRITO FEDERAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CEILÂNDIA- RA-IX
DIRETORIA DE OBRAS – DIOB/COLOM

Folha nº

Processo nº 138-000.205/2017

Rubrica

Matrícula

D. Fornecimento e execução de emassamento de paredes externas que deverá ser executado com massa corrida acrílica com duas demãos. Antes de receber o acabamento final, a área rebocada deverá receber selador acrílico e ser emassada com massa corrida de 1ª qualidade. A massa deverá ser aplicada com desempenadeira de aço ou espátula sobre a superfície em camadas finas e sucessivas. Aplicada a 1ª demão, após um intervalo mínimo de 8 a 10 horas, ou conforme orientação do fabricante, a superfície deverá ser lixada, com lixa de grão 100 a 150, a fim de corrigir o nivelamento e, após o período de secagem, proceder ao lixamento final.

E. Fornecimento e execução de pintura em tinta látex PVA, nas paredes externas, em cor pigmentada na cor existente, acabamento fosco, de marca de 1ª qualidade. Aplicar duas demãos de tinta sobre paredes emassadas. Para superfícies rebocadas, aplicar uma demão de selador acrílico antes do emassamento, incluso limpeza e lixamento preliminar.

F. Fornecimento e execução de pintura com tinta esmalte sintético de marca de 1ª qualidade, aplicadas duas demãos, na cor verde no tom existente, acabamento brilhante, sobre as telhas, os pilares, e as grades de proteção, e nas cores indicadas no projeto para as peças do guarda-corpo metálico, sendo que todas as superfícies metálicas deverão estar, previamente, revestidas com zarcão, e as de madeira deverão estar emassadas, e todas as peças e elementos a receberem a pintura lixados e limpos.

G. Todas as superfícies de ferro ou aço, internas ou externas, serão removidas as rebarbas e escórias de solda, com escova, palha de aço, lixa ou outros meios. Deverão também ser removidas graxas e óleos com ácido clorídrico diluído e removedores específicos. Depois de limpas e secas as superfícies tratadas serão aplicadas duas ou mais demãos de tinta de acabamento nas cores definidas pelo projeto e pela FISCALIZAÇÃO e observando sempre as recomendações do fabricante.

4.9 PISOS EXTERNOS

4.9.1 PREPARAÇÃO DAS CALÇADAS

A. Regularização do terreno, com retirada das eventuais camadas de terra, matéria orgânica ou qualquer outro material impróprio para serviços de urbanização;

B. Execução de meio fio em concreto em todo o perímetro das calçadas.

C. Quando existir grama e paisagismo na área: o corte e a retirada da grama e de espécies deverão ser feitos apenas no local definido em projeto para a calçada, sem danificar o restante do gramado e paisagismo;

D. Nivelamento e apiloamento do local a ser concretado a reposição de material serão com material de boa qualidade isento de impurezas, com cascalho ou terra vegetal;

E. Rebaixamento ou elevação de caixas e PV's ao nível da calçada, de acordo com a necessidade;

F. As calçadas deverão ser executadas de forma a permitir a acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, nas dimensões indicadas no projeto, com superfície regular firme, estável e antiderrapante; inclinação transversal máxima de 3%



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CASA CIVIL DA CORDENADORIA DO DISTRITO FEDERAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CEILÂNDIA- RA-IX
DIRETORIA DE OBRAS – DIOB/COLOM

Folha nº

Processo nº 138-000.205/2017

Rubrica

Matrícula

(três por cento) em relação ao plano de superfície. Deverão ainda ser contínuas e os desníveis vencidos por meio de rampas;

G. As rampas de acesso para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida deverão executadas nas posições indicadas no projeto e deverá ser instalada faixa tátil de alerta em cada rampa, conforme normativo ABNT 9050 e demais normas cabíveis, nos locais definidos em projeto;

H. Rebaixamento de meios-fios existentes nos locais onde estarão localizadas as rampas de acesso para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida a ser executado;

4.9.2 CONSTRUÇÃO DAS CALÇADAS

I. Os passeios serão executados em concreto de 7 cm (sete centímetros) de espessura sobre terreno previamente nivelado e compactado, salvo quando não houver especificação em contrário;

J. Do concreto - será exigido traço 1:2:3, em volume, preparado mecanicamente, com o emprego de seixo rolado ou brita de granulometria apropriada e fator água/cimento compatível com a trabalhabilidade necessária. A resistência mínima exigida aos 28 dias será de **20,0 MPa**;

K. A declividade longitudinal deverá acompanhar a das guias e sarjetas;

L. A declividade transversal será de no máximo 3% (três por cento), com caimento para o meio-fio/ rua;

M. A declividade longitudinal deverá ser nula e acompanhar o nível da mureta de contenção;

N. Deverá ser feito o perfeito nivelamento do terreno, com retirada das eventuais camadas de terra vegetal, matéria orgânica ou qualquer outro material impróprio para serviços de pavimentação;

O. A locação e o nivelamento dos serviços serão feitos de acordo com os desenhos e instruções fornecidos pela Fiscalização, devendo dispor de pessoal técnico necessário à correta execução dos trabalhos;

P. Todos os serviços de compactação serão executados por meios mecânicos. Excepcionalmente, e somente nos casos previamente reconhecidos e autorizados pela Fiscalização, será aceita a compactação manual;

Q. Compactação e reforço do subleito;

R. Execução de base estabilizada: o terreno do passeio, após o acerto ou aterro, deverá ser fortemente apiloado na umidade adequada com soquete de pelo menos 10 kg;

S. Execução do leito de areia;

T. Todo e qualquer serviço deverá atender à perfeita execução da obra, incluindo a limpeza final;

U. O início dos trabalhos só poderá ocorrer depois de examinada e liberada a preparação do terreno pela Fiscalização;

V. Fôrmas e juntas de madeira externas, quando for o caso, terão espessura de $\frac{3}{4}$ ', nos bordos retos, e de $\frac{1}{2}$ ' nos bordos curvos; as juntas terão espessura de $\frac{1}{2}$ '. Todas deverão estar



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CASA CIVIL DA CORDENADORIA DO DISTRITO FEDERAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CEILÂNDIA- RA-IX
DIRETORIA DE OBRAS – DIOB/COLOM

Folha nº

Processo nº 138-000.205/2017

Rubrica

Matrícula

perfeitamente alinhadas e escoradas, de forma a evitar deformações durante a concretagem. As estacas para fixação das juntas não deverão aparecer depois de concluída a calçada;

W. Confeção, lançamento, adensamento e acabamento do concreto - a mistura deverá ser feita em betoneira mecânica, com controle do traço e da quantidade adequada de água; o lançamento será feito para uma única camada, sendo vedado o uso de massa para complementação da espessura especificada; o adensamento será mecânico, por meio de soquete ou sapinho, até que seja verificado o perfeito adensamento do concreto, nem insuficiente, que permita a formação de bolhas e falhas, nem excessivo, que permita a fuga da água determinando uma cura inadequada; o acabamento será executado por desempenamento com ferramentas apropriadas; eventuais falhas de acabamento serão corrigidas na hora, com a utilização da massa que sobrar do mesmo concreto;

X. Quando houver necessidade, a critério da Fiscalização solicitar-se-á a CONTRATADA uma avaliação técnica, por laboratório competente, da resistência do concreto para a validação do traço e dos materiais empregados. A resistência à compressão mínima do concreto para as calçadas, tanto para tração quanto para a compressão, aos 28 dias será de 20 MPa;

Y. A proteção e a cura do concreto são de responsabilidade da firma CONTRATADA. A proteção da calçada concretada, deverá ser feita por meio de cerca provisória que impeça a passagem de pedestres, ciclistas ou veículos sobre o passeio, até que o concreto tenha atingido resistência suficiente para suportar carga. Além disso, durante um mínimo de sete dias, a superfície do concreto deverá ser mantida umedecida por meio de rega com água ou, eventualmente, proteção com areia úmida ou produtos especiais para cura;

Z. As calçadas que por ventura, apresentarem defeitos superficiais de acabamento, rachaduras ou bordos quebrados, dimensões diferentes das exigidas serão rejeitadas pela Fiscalização.

4.9.3 PISO TÁTIL

Os Pisos táteis de sinalização do tipo alerta para deficientes visuais, pré-moldados em concreto ou em ladrilho hidráulico, na cor amarela e nas dimensões de 40 x 40cm, serão instalados nas extremidades superiores e inferiores das escadas e rampas de acesso na circulação externa, bem como em desníveis de pisos, de acordo com as indicações do projeto.

4.9.4 MEIOS-FIOS

- A.** As pedras terão 100 cm (cem centímetros) de comprimento, 50 cm (cinquenta centímetros) de altura e 15 cm (quinze centímetros) de espessura, no topo com canto externo arredondado;
- B.** Os serviços de colocação dos meios-fios compreenderão as seguintes etapas:
- C.** Escavação em qualquer tipo de terreno ou superfície, inclusive base estabilizada em cascalho;
- D.** Assentamento das pedras;
- E.** Rejuntamento entre as pedras de meios-fios com massa de cimento e areia no traço 1:4;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CASA CIVIL DA CORDENADORIA DO DISTRITO FEDERAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CEILÂNDIA- RA-IX
DIRETORIA DE OBRAS – DIOB/COLOM

Folha nº

Processo nº 138-000.205/2017

Rubrica

Matrícula

- F.** Escoramento da linha de meios-fios assentados por meio de bolas de concreto no traço 1:2, 5:5, correspondendo uma bola de concreto para cada pedra de meio-fio;
- G.** Enchimento da junta entre o meio-fio e o pavimento, para o caso de o assentamento ter sido realizado em área já pavimentada. Este enchimento será feito com argamassa de cimento e areia no traço 1:4, preenchendo-se totalmente a junta em toda sua extensão e profundidade, formando um único plano com pavimento existente e apresentando perfeito acabamento;
- H.** No caso de o assentamento ter sido realizado antes da execução do pavimento, a junta entre o meio-fio e o terreno, pelo lado da via de tráfego, deverá ser preenchida com argamassa magra de cimento e areia no traço 1/10.

4.10 DESMOBILIZAÇÃO E LIMPEZA FINAL

4.10.1 Limpeza da obra

- A.** Deverão ser removidas da obra todos os materiais e equipamentos, assim como as peças remanescentes e sobras utilizáveis de materiais, ferramentas e acessórios, além de todo o entulho, deixando a obra completamente desimpedida de todos os resíduos de construção, bem como cuidadosamente varridos os seus acessos.
- B.** A limpeza da obra deverá ser realizada de modo a não danificar outras partes ou componentes do conjunto.
- C.** Deverá ser dedicado particular cuidado na remoção de quaisquer detritos ou salpicos de argamassa endurecida das superfícies.
- D.** Para assegurar a entrega da obra em perfeito estado, a CONTRATADA executará todos os arremates que julgar necessários e os que a fiscalização determinar.
- E.** Será feita remoção total de entulhos, e reconstituição dos locais danificados e onde foram instalados equipamentos e/ou barracos, necessários a execução da obra.
- F.** A CONTRATADA deverá manter a obra dentro da melhor técnica executiva, procedendo a uma permanente limpeza de todas as instalações do canteiro e fazendo constantes remoções de entulhos e detritos que forem surgindo em todas as dependências (interna e externa) do Posto ocupadas e/ou atingidas durante a execução dos serviços de reforma.
- G.** Reconstituição das áreas, desmonte e limpeza do canteiro de obras como construído – *as built*
- H.** Todas as modificações que por ventura ocorrerem na rede existente e/ou nos projetos complementares e executivos deverão ser registrado e posteriormente apresentado no *as built*, dos respectivos projetos, pela CONTRATADA.

5. ENTREGA DA OBRA

- A.** Ao término da obra e serviços serão desmontados e demolidos todos os elementos provisórios e, se necessário, a recuperação do local onde o mesmo foi instalado.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CASA CIVIL DA CORDENADORIA DO DISTRITO FEDERAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CEILÂNDIA- RA-IX
DIRETORIA DE OBRAS – DIOB/COLOM

Folha nº

Processo nº 138-000.205/2017

Rubrica

Matrícula

- B.** Todos os materiais e equipamentos deverão ser removidos ao término da obra, bem como; peças remanescentes e sobras, sucata, ferramentas e acessórios, garantindo a limpeza geral da área.

5.1 Recebimento provisório

- A.** A CONTRATADA, antes da comunicação do término da obra, deverá efetuar uma vistoria final acompanhada da Fiscalização desta Administração Regional.
- B.** Será procedida cuidadosa verificação, por parte da Fiscalização, das perfeitas condições de funcionamento e segurança de todas as instalações. Serão verificadas, ainda, todas as partes que constituem o acabamento final das obras, observando-se todos os aspectos relativos ao projeto arquitetônico e detalhes executivos elaborados.
- C.** Quando as obras contratadas ficarem inteiramente concluídas e de perfeito acordo com o contrato, a CONTRATADA solicitará por escrito à Fiscalização o recebimento das mesmas.
- D.** O atendimento da solicitação feita no item anterior será através da Fiscalização da RA IX, que deverá lavrar um termo de Recebimento Provisório. Nos termos da legislação não haverá quitação da última fatura enquanto houver exigências no termo de recebimento provisório.
- E.** Para recebimento da obra a firma deverá apresentar ainda:
- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais (Parágrafo 2º do Art. 32 da Lei 8.666/93), compreendendo:
 - Certidão Negativa de Débito - CND - emitida pelo INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS, conforme Lei Nº 8.212 de 1991;
 - Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, conforme Art. 27 da Lei Nº 8.036 de 11 de março de 1990.

5.2 Recebimento definitivo

- A.** O termo de Recebimento Definitivo deverá ser solicitado pela contratante e será lavrado em até 90 (noventa) dias após o Recebimento Provisório, referido no item anterior, e se tiverem sido atendidas todas as pendências apontadas pela Fiscalização.
- B.** A CONTRATANTE somente receberá as obras:
- C.** Após a conclusão total dos serviços e a emissão dos certificados de vistoria dos serviços públicos, passados pelos órgãos e concessionárias conforme o caso.
- D.** A vistoria final por representantes de ambas as partes contratantes, com laudo sem reclamações e também com toda a documentação da obra em ordem.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CASA CIVIL DA CORDENADORIA DO DISTRITO FEDERAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CEILÂNDIA- RA-IX
DIRETORIA DE OBRAS – DIOB/COLOM

Folha nº

Processo nº 138-000.205/2017

Rubrica

Matrícula

6. ANEXOS

Fazem parte deste caderno os seguintes anexos:

- ANEXO I – RELATÓRIO FOTOGRÁFICO
- ANEXO II - PROJETOS E DETALHAMENTOS
- ANEXO III – CD COM TODOS OS ARQUIVOS GRAVADOS EM FORMATO *.PDF*
- ANEXO IV – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PLANILHA ANALÍTICA E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO
- ANEXO V – BDI E ENCARGOS SOCIAIS

Ceilândia- DF, 05 de junho de 2017.

VANESSA DE CASTRO ALMEIDA

Diretora de Obras - RA IX

Mat. 1.676.167-7

ELIAS DA SILVA JUSTO

Coordenador de Licenciamento, Obras e

Manutenção - RA IX

Mat. 1.676.243-6

9. DE ACORDO

Aprovo o presente, nos termos do art. 7º, §2º, inciso I, Lei 8.666/93.

Ceilândia- DF, 05 de junho de 2017.

VILSON JOSÉ DE OLIVEIRA

Administrador Regional de Ceilândia - RA IX

Mat. 1.669.553-4